

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Alex da Silva Xavier (Universidade Federal Fluminense)

Xavier_fisio@yahoo.com.br

RESUMO

Aproximar instituições formadoras e serviços de saúde é uma estratégia utilizada pelo Ministério de Saúde com intuito de qualificar profissionais para atuarem no Setor. Considerando os anos posteriores a formulação do Sistema Único de Saúde onde vimos afirmado a saúde como dever do Estado e direito do cidadão observamos um conjunto de políticas voltadas ao atendimento de saúde com qualidade a população idosa, isso na perspectiva de corresponder à necessidade de saúde da população brasileira caracteristicamente em transição epidemiológica. Marco deste campo A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI – busca, dentre outros objetivos, incentivar a inclusão de disciplinas que abordem o processo do envelhecimento nos currículos escolares o que possibilita mudanças no ensino-aprendizagem da saúde do idoso naqueles cursos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde como profissões de saúde. Esta dissertação de mestrado, apresentada sob a forma de artigos, verificou a implementação da PNSPI, especificamente no que diz respeito à formação em saúde, nas graduações oferecidas pela Universidade Federal Fluminense.

A UFF localiza-se no estado do Rio de Janeiro, que registra o maior índice de envelhecimento e ocupa o terceiro lugar em número de idosos no Brasil, segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000 (IBGE, 2008). De outro lado, historicamente a Região Sudeste é a que dispõe de maior porcentagem de escolas, cursos e vagas para o nível superior em Saúde. Atualmente conta com 51% dos cursos de formação de nível superior em Saúde do país. Comparando-se os estados do Sudeste, o Rio de Janeiro encontra-se em segundo lugar no ranking de formação superior, atrás apenas de São Paulo (Ministério da Saúde, 2006).

Foi realizado um Estudo de Caso com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, com intuito de verificar a implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Tal verificação se deu especificamente com relação à formação de nível superior, nos cursos de graduação em Saúde da Universidade Federal Fluminense, no município de Niterói, uma vez que essa instituição oferece cursos de graduação nas quatorze profissões consideradas pelo Conselho Nacional de Saúde como categoria de saúde. Nove deles já estão estabelecidos: Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Medicina Veterinária. Dois deles estão com a primeira turma em fase de conclusão: Biomedicina e Educação Física. Outros dois deles estão em fase de implementação, com suas respectivas grades curriculares e projetos pedagógicos já formulados: Fisioterapia e Terapia Ocupacional. O curso de Fonoaudiologia iniciará a primeira turma no primeiro semestre de 2010 no Campus de Nova Friburgo (BRASIL, 1998; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008).

Assim, como destaca Becker (1999) para os estudos de caso, entendo que os objetivos deste trabalho seguem dois propósitos. O primeiro, de compreender de maneira abrangente os rumos da implementação da PNSPI, no que diz respeito à formação superior em Saúde na UFF. Qual é a característica dos profissionais que implementam tal Política nos cursos? Quais são as dificuldades encontradas para implementação? Qual é a modalidade oferecida das disciplinas que abordam o idoso? Qual é a relação estabelecida entre os profissionais deste campo nos diferentes cursos? Esses cursos entendem esta formação em sentido interdisciplinar?

O segundo propósito é entender o processo de implementação, contextualizando-o no momento atual de transição demográfica e tensões para estabelecimento da Política de Saúde do Idoso no Brasil.

Verificamos que a implementação dos conteúdos que envolvem o processo de envelhecimento nessas graduações é uma realidade, porém encontra-se em diferentes momentos, conforme a trajetória do curso. Assim, foi criado 4 fases que nos permitiu agrupar alguns cursos como características de implementação parecidas ao mesmo tempo que apontavam que outros cursos apresentavam momentos de implementação diferentes. Destacamos, entretanto que as fases não reproduzem necessariamente uma experiência de acúmulo de experiências na forma de implementação do ensino do idoso e os cursos individualmente não visualizam essas diferenças no modo de implementação da política, acreditamos que fatores como produção científica, demanda social,

características diversificadas das profissões e a inserção profissional interferem constantemente nessa dinâmica.

No caso da Universidade Federal Fluminense, esses 4 momentos distribuíram os cursos de Psicologia em “Incipiente”; Nutrição, em momento “Elementar”; Educação Física, Odontologia e Serviço Social em momento “Moderada” e Enfermagem e Medicina em momento “Consistente”. Onde para “Incipiente” temos aqueles cursos no qual ainda não é possível visualizar a existência do assunto envelhecimento de forma efetiva, porém existe identificação de pelo menos um profissional com potencial para disparar o processo de formação em envelhecimento. Cabe destacar que nesse curso também existem grandes possibilidades do processo ser interrompido por outros interesses. A fase “**Elementar**” refere-se àquele curso em que o processo é bastante promissor, a grade curricular não apresenta condições atuais significativas que beneficiem a formação voltada ao atendimento ao idoso, mas identificam-se profissionais com significativo reconhecimento na área gerontológica, dadas sua formação e trajetória profissional. Tais profissionais ainda tensionam permanentemente a inclusão do assunto no curso. Na fase de “**Moderada**”, já é possível identificar profissionais com o mesmo perfil da fase Elementar, somado à presença de disciplinas optativas na grade curricular. Por fim, na fase “**Consistente**”, existe presença de vários profissionais reconhecidamente voltados ao trabalho com idosos, disciplinas optativas e obrigatórias na grade curricular, além de programas de extensão e/ou monitoria na área do envelhecimento.